



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.^a SL

Aos 16 dias do mês de janeiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.^a parte

10H00

Audição do Ministro Adjunto e da Economia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

2.^a parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 225/XIII/4.^a, relativa à reunião de 9 de janeiro de 2019

2. Apreciação e votação do parecer sobre a audição do Senhor Eng.º Pedro Geraldes Martins Verdelho, personalidade indigitada para Vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto

- Relator: Deputado Heitor de Sousa (BE)

3. Apreciação e votação do relatório na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 964/XIII/3.^a (PCP) – Alarga o quadro de competências reconhecido aos arquitetos na direção de obra e direção de fiscalização de obra, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

- Relator: Deputado Joel Sá (PSD)

4. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.ª SL

1.ª parte

10H00

Audição do Ministro Adjunto e da Economia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas-vindas ao Senhor Ministro Adjunto e da Economia, bem como aos Secretários de Estado da Economia, do Turismo, da Defesa do Consumidor e da Valorização do Interior, que o acompanhavam, tendo o Senhor Ministro usado da palavra para uma intervenção inicial.

Durante a primeira ronda de perguntas, assumiu a presidência o Vice-Presidente, Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados Fernando Virgílio Macedo (PSD), Luís Moreira Testa (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) e Duarte Alves (PCP), tendo o Senhor Ministro respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas solicitaram esclarecimentos adicionais os Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), Carlos Pereira (PS), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pelo Senhor Ministro Adjunto e da Economia em resposta conjunta.

No final desta ronda de perguntas reassumiu a presidência o Presidente da Comissão.

Finalmente, na última ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Fátima Ramos (PSD), Hortense Martins (PS), Fernando Barbosa (BE), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Duarte Alves (PCP), Liliana Silva (PSD), Hugo Costa (PS) e Carlos Pereira (PS), tendo o Senhor Ministro respondido a final.

A audição foi objeto de [gravacão](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.^a SL

2.^a parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 225/XIII/4.^a, relativa à reunião de 9 de janeiro de 2019

Submetida a votação, a ata n.º 225/XII/4.^a, relativa à reunião de 9 de janeiro de 2019, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN

2. Apreciação e votação do parecer sobre a audição do Senhor Eng.º Pedro Geraldes Martins Verdelho, personalidade indigitada para Vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto

- Relator: Deputado Heitor de Sousa (BE)

De seguida, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o parecer sobre a audição da personalidade indigitada para Vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tendo realçado o parecer favorável à indigitação que consta das conclusões e o facto de ter procurado fazer uma síntese do caderno de encargos político que os vários grupos parlamentares fizeram refletir nas questões que colocaram. As respetivas respostas, realçou, estão disponíveis na ligação eletrónica à gravação da audição, inserida no relatório.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) cumprimentou o relator e expressou concordância com a resolução final e o parecer positivo dado à indigitação, bem como com a análise feita pelo relator sobre o objetivo deste relatório. Considerou que o relatório se deveria ater às questões essenciais que sejam premissas que cada grupo parlamentar considere necessárias para que determinada personalidade seja indigitada para um cargo. Mas, prosseguiu, existiam questões que para cada grupo parlamentar eram importantes e deviam ser discutidas, constar da ata e dos depoimentos em suporte áudio ou papel, mas, não sendo essenciais e não estando em apreço para a matéria em questão, não deviam constar do relatório. Fez de seguida referência à posição política manifestada por um Deputado, que constava do



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.^a SL

relatório, mas não tinha implicação na matéria em causa e não contribuía para o objeto final, razão pela qual, se não tinha validade para a apreciação da personalidade em causa, o PS defendia que não devia constar do relatório, por isso requeria que fosse retirado do relatório o primeiro parágrafo da página 8.

Na sua intervenção, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), após cumprimentar o relator, expressou concordância com o relatório e afirmou que o conteúdo do primeiro parágrafo da página 8 do relatório tinha a ver com a sua intervenção aquando da audição da personalidade indigitada. Tendo dado conta do seu conteúdo, considerou muito importante a sua inclusão no relatório, porque era parte integrante da sua intervenção e esta indigitação tinha tido a circunstância de ter havido um processo anterior, que tinha passado pela Comissão. Assim, expressou oposição à eliminação do referido parágrafo do relatório.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) cumprimentou o relator e fez uma referência ao processo de indigitação pelo Governo, nomeadamente à análise que este faz do perfil da personalidade indigitada. Informou que o PCP se iria abster na votação deste relatório, não por uma crítica ao relatório mas por uma opção mais profunda, não por qualquer desvalorização da capacidade técnica, conhecimento do setor ou preparação científica do indigitado mas sim por uma linha de pensamento e atuação quanto ao setor energético que, do ponto de vista do PCP, levantava a necessidade para o país de uma outra linha de atuação e pensamento, acentuando que a sua posição tinha a ver com divergências do ponto de vista estratégico de posicionamento e de pensamento e não com perspetivas de menor capacidade ou garantia de resposta do ponto de vista técnico.

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) cumprimentou o relator e referiu que o mais importante era perceber o pensamento do indigitado para cada uma das questões, o que não constava do relatório e defendeu que deveria aí constar, nem que fosse de forma breve. Concluiu, expressando concordância com o parecer. A este propósito, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou concordar com a questão levantada sobre o facto de o relatório não incluir as respostas do indigitado.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.^a SL

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), que afirmou que o que estava em apreciação era o relatório, que constituía o parecer, e não as respostas do indigitado. Afirmou que muitas dessas respostas entravam pela política internacional. Referiu que até poderia fazer uma breve síntese das respostas, mas o relatório ficaria sempre com um certo desequilíbrio entre as duas partes.

Interromperam o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para esclarecer que isso não tinha sido proposto, tinha sido uma mera observação, ao que respondeu o Deputado Relator que, assim sendo, não faria essa síntese; e o Senhor Presidente, para lembrar que as respostas constavam da ligação para a gravação que estava incluída no relatório e suscitar uma resposta quanto à proposta de eliminação apresentada pelo PS.

Retomou o Deputado Relator, para afirmar que se a observação tivesse sido feita em relação a uma intervenção dos próprios Deputados do PS, tentaria responder ao solicitado, mas como o próprio autor das afirmações se opunha à retirada da sua menção, não aceitava a sugestão apresentada pelo PS.

Interveio ainda, de novo, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), para afirmar que o Deputado Heitor de Sousa não tinha assumido o papel de relator, porque fazer um relatório era ter a autoria do mesmo, mas apenas de elaborador da ata, e que não havendo autoria do relatório este apenas se conformaria com o que cada um lá pretendia colocar. Concluiu, afirmando que entregaria uma declaração de voto sobre a votação que se iria seguir.

Submetido o parecer a votação, foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

3. Apreciação e votação do relatório na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 964/XIII/3.^a (PCP) – Alarga o quadro de competências reconhecido aos arquitetos na direção de obra e direção de fiscalização de obra, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

- Relator: Deputado Joel Sá (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.^a SL

De seguida, o Senhor Deputado Joel Sá (PSD) apresentou, de forma sucinta, o relatório na generalidade sobre o Projeto de Lei em epígrafe.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e o PAN.

4. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinha sido enviado à Comissão o relatório final sobre a Petição n.º 508/XIII/3.^a, o qual tinha sido distribuído para conhecimento dos Deputados, pelo que, verificando-se o necessário consenso, daria a palavra ao Deputado Relator.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) usou da palavra para apresentar o relatório final da Petição n.º 508/XIII/3.^a.

Submetido a votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

De seguida, o Senhor Presidente informou que tinha baixado à Comissão, para apreciação na generalidade, a Proposta de Lei n.º 173/XIII/4.^a (GOV) e que, sendo necessário nomear relator, cabia ao PSD indicá-lo.

Solicitou ainda a palavra o Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) para informar da alteração da data da deslocação a Pedras Salgadas, para os dias 11 e 12 de março, uma vez que havia grande probabilidade de ser marcada reunião plenária para o dia 26 de fevereiro, data originalmente prevista para esta deslocação, tendo em consideração a marcação das jornadas parlamentares do PSD para 28 de fevereiro e 1 de março.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.^a SL

A reunião foi encerrada às 14:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 226/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Costa Silva
Fernando Manuel Barbosa
José Luís Ferreira
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
António Topa
Helga Correia
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: